



A apropriação do discurso da Lava Jato pela mídia: a formação de arquivos de memória sobre o evento e seus personagens principais

The Appropriation of Lava Jato Discourse by Media: the Constitution of Archives of Memory About the Event and its Main Characters

La apropiación del discurso de *Lava Jato* por los medios: la constitución de archivos de memoria sobre el evento y sus personajes principales

Eliane Righi de Andrade

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Resumo

Partindo dos estudos do discurso, nossa proposta é discutir o papel que diferentes mídias tradicionais exercem na disseminação de sentidos referentes a enunciados tomados do discurso político-jurídico que envolveram a Operação Lava Jato. Esses enunciados, materializados em novos espaços e tempos enunciativos, são afetados pela história e pelas relações de poder que os atravessam, construindo efeitos de sentido sobre a memória discursiva. Dessa forma, entendemos que esses processos de resignificação são também novas formas de acesso e constituição dos arquivos de memória, que produzirão efeitos na identidade do sujeito contemporâneo e em suas representações sociais.

Palavras-chave: discurso da mídia, Lava Jato, arquivo de memória.

Abstract

Based on discourse studies, in this paper we intend to discuss the role that different traditional media play in the dissemination of meanings related to utterances from the political and juridical discourse related to the *Lava Jato* operation. These utterances, when materialized under new time and space conditions, are affected by history and by the power relations that permeate them, constructing meaning effects on the discursive memory. Therefore, we understand that these processes of re-signifying are also new possibilities of access and constitution of memory archives, which will influence the identity of the contemporary subject and his/her social representations.

Keywords: media discourse, *Lava Jato*, archives of memory.



Resumen

A partir de los estudios del discurso, nuestra propuesta es discutir el papel que diferentes medios tradicionales ejercen en la diseminación de sentidos referentes a enunciados tomados del discurso político y jurídico que involucraron la Operación *Lava Jato*. Estos enunciados, materializados en nuevos lugares y tiempos de enunciación, se ven afectados por la historia y las relaciones de poder que los atraviesan, construyendo efectos de sentido sobre la memoria discursiva. Así, entendemos que estos procesos de resignificación son también nuevas formas de acceso y constitución de los archivos de memoria, que producirán efectos en la identidad del sujeto contemporáneo y en sus representaciones sociales.

Palabras clave: discurso mediático, *Lava Jato*, archivos de memoria.

1. Introdução

Pensamos, respaldando-nos em Charaudeau (2013), que o espaço social é permeado por relações de poder e sistemas simbólicos que atravessam campos discursivos diversos e que esses campos mantêm fortes relações entre si. Assim, podemos afirmar que o discurso político está intimamente atrelado ao discurso das mídias, uma vez que essas buscam a investigação e circulação de informações, atingindo um maior número possível de pessoas. Ao mesmo tempo, ao informar as pessoas, as mídias contribuem para a construção de suas opiniões e de sua organização política. Há, desse modo, um entrecruzamento entre os diferentes discursos, que tornam fluidas as esferas do público e do privado, do político e do midiático, do fato e de sua narrativa, já que o evento se constrói por aquilo que se diz dele (a discursivização do fato), pelas imagens que o descrevem, ou seja, pelos diferentes meios de documentá-lo e de torná-lo público. Assim, o fenômeno da midiatização afeta não só o modo de funcionamento dos discursos, mas as diversas práticas sociais em que os sujeitos do discurso se envolvem.

Nosso objetivo, neste artigo, é discutir o imbricamento do discurso político-jurídico – que concebemos como uma hibridação no contexto da Operação Lava Jato – ao discurso midiático, propondo gestos de interpretação (ORLANDI, 2001, p.24) que delineiam indícios da constituição dos arquivos de memória que a mídia está construindo sobre essa operação.

Mais especificamente, nos debruçaremos sobre algumas representações que emergem em algumas mídias corporativas sobre os atores sociais que assumem as investigações dessa operação, representações que farão parte da construção da memória social, por meio dos arquivos que constituem.

2. 1. Aspectos teóricos

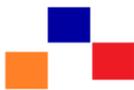


Primeiramente pretendemos fazer um percurso sobre alguns estudos sobre arquivo e memória, em diferentes campos teóricos, uma vez que este trabalho é de caráter interdisciplinar e visa dialogar com as diversas áreas do conhecimento, ainda que pontuadas suas diferenças e especificidades. Partimos, então, de questionamentos sobre o que é arquivo, como ele se constitui – sob quais condições – e sua relação com a construção de uma memória discursiva.

Iniciemos pelos estudos de Foucault (2004) sobre arquivos, que os define como um conjunto de enunciados repetíveis, os quais, porém, podem ser constantemente (re)visitados. O autor estabelece a diferença entre os arquivos documentos – registros geralmente escritos que formariam uma espécie de arquivo “morto” – e os monumentos, que se caracterizariam por diferentes possibilidades de “entrada” a eles, ou seja, as diferentes operações de interpretação e organização dos discursos, a partir de novas condições de produção dos enunciados. Esse conjunto de enunciados formam os arquivos, os quais determinam a construção de regimes de verdade. Assim, para o autor, as possibilidades discursivas se dão dentro de “condições de apropriação e de utilização” (FOUCAULT, 2004, p. 136-137), ou seja, obedecendo a um funcionamento que se estabelece por uma ordem do discurso. Essa noção de arquivo relaciona-se à visão pecheutiana de memória discursiva.

Pêcheux (1999, p. 56), que também trabalha pela perspectiva discursiva, afirma que a memória não deve ser vista como um “reservatório” acumulado de representações, cujo acesso seria homogêneo, pois a memória caracteriza-se por divisões, deslocamentos, retomadas e, ainda, contradiscursos, que operam a possibilidade de resistência aos sentidos estabilizados. Constitui-se, assim, não só de lembranças, mas também de esquecimentos, o que aproxima tal conceito à ideia de arquivos de Foucault, já que esses estariam condicionados sócio-historicamente.

Segundo Courtine (2009, p.105-106), não se trata de processos cognitivos implicados na memória, mas a “existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos”, indicando, assim, que enunciados são repetidos, refutados ou “esquecidos”, de acordo com as diferentes formações discursivas em que são formulados.



Polifonia, Cuiabá-MT, v. 25, n.37.1, p. 01-170, jan.-abril.2018.

Foucault (2004) releva o caráter singular dos enunciados que constituem os arquivos em sua relação com o acontecimento discursivo, já que o “já-dito” dá origem a novos dizeres, que estão além do campo do repetível:

O arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Mas o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas. (FOUCAULT, 2004, p.147.)

Trazemos, então, a noção de memória do antropólogo Candau (2011) para dialogar com os autores citados, relacionando a memória à formação identitária, uma vez que ela nos modela e é por nós modelada, conduzindo à produção de uma trajetória de vida, uma narrativa de si. Para o autor, não pode haver uma memória coletiva se as memórias individuais não “se abrem umas às outras visando objetivos comuns, tendo um mesmo horizonte de ação” (CANDAU, 2011, p.48), daí a relação com a identidade.

Para o autor, embora a produção de enunciados sobre um fato pode ser compartilhada socialmente, isso não implica que tal dizer dê conta da existência real de um fato. Para ele, a “memória semântica” dos fatos tem caráter individual, dificultando a criação de uma memória coletiva. Em outras palavras, podemos dizer que, aquilo que é compartilhado, identifica um grupo social e pertence a uma determinada formação discursiva, uma vez que esta se caracteriza por uma posição ideológica que o sujeito ocupa numa determinada conjuntura histórica, indicando o que pode e deve ser dito por ele (PÊCHEUX, 1988, p.160). Tal conceito é também desenvolvido por Foucault (2004, p.42-43), que acrescenta que as formações discursivas indiciam cadeias de regularidade dos enunciados bem como sistemas de dispersão, uma vez que elas se mostram móveis, com potencial de transformação no nível da formulação dos enunciados. Dessa forma, as formações discursivas indiciam as filiações no discurso, os posicionamentos ideológicos que não são, porém, completamente estáveis, senão haveria um sentido único para o dizer.

Se pensarmos que, para a Análise do Discurso, não há sentido dado aos enunciados, mas a constituição de efeitos de sentido a partir do contexto histórico-social em que são gerados, podemos definir a memória discursiva como um conjunto de enunciados produzidos ou passíveis de serem produzidos, que constituem e constituirão os arquivos.



Polifonia, Cuiabá-MT, v. 25, n.37.1, p. 01-170, jan.-abril.2018.

Munidos dessas noções teóricas sobre arquivo, memória e identidade, podemos relacioná-las, então, ao discurso da mídia, refletindo sobre seu potencial para a formação dos arquivos. Se, por um lado, observamos que as mídias discursivizam o fato – que passa, muitas vezes, a existir ao ser narrado e, portanto, passível de constituir memória –, ao fazê-lo, este passa a produzir uma cadeia de novas interpretações. No entanto, se os sentidos nunca são estáveis e os gestos de interpretação dão margem a sentidos outros que não são compartilhados por todos, em suas diferentes formações discursivas, podemos dizer que um enunciado pode trazer à tona outro(s), fazendo emergir o discurso outro, a diferença.

Entendemos a diferença no sentido derridiano de adiamento do sentido (DERRIDA, 2002), pois para o autor o ato linguístico é inaugural no seu caráter de acontecimento, de abertura, ao mesmo tempo em que se inscreve pelas marcas do tempo e espaço, as quais “indiciam” certas precondições de sua acontecimentalidade. Não se trata, no entanto, de uma relação causa/efeito, mas de um “já-dito” sempre presente em qualquer possibilidade outra do dizer.

2.2. Alguns procedimentos metodológicos

Tomamos metodologicamente a Análise do Discurso de linha francesa como dispositivo teórico-analítico, propondo um trabalho de “situar” e “refletir” sobre os gestos de interpretação que expõem os efeitos de sentido a partir do lugar de fala do sujeito nos recortes discursivos que aqui serão apresentados. Segundo Orlandi (2001, p.25-26), os gestos de interpretação implicam práticas simbólicas que intervêm no mundo e no real do sentido, pois a discursividade inscreve efeitos de sentido por meio da materialidade linguística condicionada pela História. Assim, o funcionamento do discurso se dá na relação estrutura e acontecimento.

Assim, caracterizamos nossa análise como interpretativista, a qual parte de recortes discursivos sobre a operação Lava Jato, examinando a língua em seu funcionamento discursivo, ou seja, em sua materialidade linguística em conformação com a história, num contexto de produção específico. Não se trata, portanto, de uma análise que se fixe nos conteúdos em si, mas nos possíveis efeitos de sentido que essa materialidade provoca, tomando os espaços de enunciação em que aparecem tais dizeres como suas condições de



Polifonia, Cuiabá-MT, v. 25, n.37.1, p. 01-170, jan.-abril.2018.

produção, delimitadas pelas relações de poder em que tais dizeres circulam. Esses sentidos atravessam a memória social em um tempo e espaço, e, de certa forma, há sentidos que se tornam hegemônicos, pois há uma reprodução e disseminação deles nas várias esferas discursivas que os tornam de certa forma mais “estáveis”, configurando-os como efeitos de “verdade”.

Não é nosso propósito, no entanto, delimitar objetivamente as formações discursivas que podem ser detectadas a partir dos enunciados formulados, uma vez que tais formações estão sempre deslizando, podendo vir a ser outras por seu caráter de permanente construção. Objetivamos com a análise de recortes pinçar alguns traços discursivos dessas formações, os quais indicam caminhos pelos quais os arquivos de memória se constroem.

Dessa forma, propomo-nos a discutir alguns efeitos de sentido que emergem do funcionamento discursivo de textos – entendidos, segundo Orlandi (2003, p.139), como processos resultantes da interação e relação com o mundo por meio da linguagem cuja significação é múltipla –, tomando-os como parte da construção dos arquivos de memória sobre a Lava Jato e sobre a construção das muitas representações sobre os juízes que foram tomados como protagonistas de tal operação.

Nossa preocupação também é entender como arquivos que dizem respeito à memória discursiva sobre operações anteriores anticorrupção estão sendo revisitados pela mídia para narrar o evento atual, em suas diferenças e semelhanças, uma vez que envolvem um tempo-espaço diferente, alvos de investigação diferentes, personagens diferentes e, no caso da Lava Jato, sem que sejamos capazes de prever sua extensão e consequências.

Para compor o *corpus* da pesquisa maior do qual faz parte o estudo que aqui apresentaremos, fizemos, ao longo de 2016 e início de 2017, a busca por material discursivo que abrangesse a operação Lava Jato como um todo, em pesquisa *online* nos arquivos jornalísticos da *Folha de S.Paulo* e do *Estado de S.Paulo*¹, por serem veículos midiáticos que apresentam significativas tiragens na versão impressa² e cujas formações

¹ Segundo a Associação Nacional dos Jornais, a *Folha* e o *Estado* ocupam, respectivamente, a terceira e quarta posição em número de exemplares vendidos. Informação disponível em: <http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>. Acesso em 3 fev. de 2017.

² Embora tenhamos usado o critério numérico de tiragem impressa dos veículos para selecioná-los, os recortes aqui apresentados foram retirados da versão digital, uma vez que a coleta se deu nesse meio.



Polifonia, Cuiabá-MT, v. 25, n.37.1, p. 01-170, jan.-abril.2018.

discursivas remontam a um espectro ideológico que varia de mais liberal a conservador. Nessas mídias, fizemos uma busca semântica pelo sintagma nominal *Lava Jato* e selecionamos textos de gêneros jornalísticos diversos, que faziam menções à operação. Tomamos, ainda, a Revista *Carta Capital*, edição *online*, como mídia alternativa às duas apresentadas, por remontar à formação discursiva diferente das outras mídias escolhidas (*Folha e Estadão*), procedendo à mesma seleção semântica, a fim de confrontamos alguns dos efeitos de sentido que emergiam dessas diferentes formações.

Para este artigo, selecionamos, então, do grande *corpus*, quatro recortes discursivos de gêneros jornalísticos diversos (um de uma entrevista em um *blog* e três de reportagens), que constituíram uma amostra sobre como tais mídias (re)presentaram os juízes que conduziram as diversas operações da Lava Jato no Brasil, buscando, ainda, nos arquivos digitais desses jornais dos anos 90, menção à operação Mãos Limpas (ou *Mani Pulite*) – que remontava à operação anticorrupção na Itália nos anos 90 – com a qual pretendemos dialogar na busca de gestos de interpretação no que diz respeito especificamente ao imaginário constituído sobre os juízes que foram responsáveis por sua realização.

Fazendo parte desta amostra, trouxemos, ainda, um recorte de reportagem da revista *Carta Capital*, edição *online*, de autoria de Mino Carta, diretor de redação da revista, em que o enunciador procura desconstruir a imagem de um desses juízes, por meio da crítica a trechos de um artigo acadêmico escrito por ele. Por isso, embora não se caracterize como material extraído das mídias aqui propostas, trouxemos, para compor o conjunto de recortes, dois trechos de tal artigo como parte do arquivo constitutivo das representações sobre os juízes italianos que conduziram a operação Mãos Limpas na Itália e que vieram a constituir as próprias representações de juízes brasileiros, as quais estão, ainda, imbricadas às imagens (re)produzidas pela mídia sobre os juízes e que nos remetem aos arquivos de memória em construção sobre tais eventos no Brasil e na Itália.

Sem a pretensão de tomar tais recortes como significativos de toda a produção discursiva da mídia sobre a operação Lava Jato, mas de fazer emergir alguns efeitos de sentido possíveis e diversos sobre os dizeres produzidos em relação a tal evento, articulando-os à construção da memória discursiva, o objeto de nossa análise (as representações nessas mídias sobre alguns juízes) encontra-se delimitado pelos discursos produzidos sobre a operação instaurada no Brasil a partir de março de 2014 e que continua em processo. Tal operação pode ser entendida como uma ressignificação e uma



Polifonia, Cuiabá-MT, v. 25, n.37.1, p. 01-170, jan.-abril.2018.

apropriação dos dizeres sobre a operação Mãos Limpas (operação *Mani Pulite*), ocorrida na Itália em meados de 1992.

Embora não desenvolvido neste artigo, houve também a necessidade de um estudo sobre as condições de produção dos enunciados sobre a Lava Jato em relação ao cenário político brasileiro naquele momento específico (*impeachment* da presidente Dilma Rousseff) e aos eventos do passado de mesma natureza (*impeachment* de Collor em 92 e a deposição de João Goulart, no início da ditadura brasileira), eventos que, entre outros, certamente contribuíram e contribuirão para possíveis entradas aos arquivos da operação e sua interpretação.

Para este trabalho, focaremos, então, nas representações que circularam sobre as personagens desencadeadoras dos processos judiciais da Lava Jato e, a partir delas, delinearemos indícios de como tais representações foram concebidas, designadas e narradas por essas mídias. Pode-se, ainda, por meio delas, pinçar elementos dos arquivos que constituem a memória discursiva sobre operações anteriores de anticorrupção e que estão sendo revisitados pela mídia para narrar o evento atual, em suas diferenças e semelhanças, uma vez que envolvem um tempo-espaço diferente, mas também o já-dito.

2.3. Resultados de análise

Embora a operação Lava Jato em si não seja o objeto direto de análise deste artigo como já explanamos anteriormente, sua nomeação está associada não só às operações policiais deflagradas em uma rede de lavanderias e postos de combustíveis usada para “lavar” dinheiro ilícito, mas evoca também a memória sobre a operação Mãos Limpas nos anos 90 na Itália, a partir das associações que foram sendo apontadas – e também construídas – no processo de discursivização do acontecimento pelas mídias³.

Assim, com personagens diferentes, num espaço e tempo histórico-social diverso, parece ter havido a necessidade de reconstruir um passado (da Itália) no presente brasileiro, em relação à operação anticorrupção atual. Isso porque, pontua Candau (2011, p.164) parafraseando Borges, o passado é modelável em relação ao presente, assim como

³ Como exemplo, citamos a reportagem de Frederico Vasconcelos, de 29/12/2015, da *Folha*, que descreve as semelhanças entre as duas operações. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1723856-escrito-em-2004-artigo-de-moro-sobre-operacao-na-italia-espelha-lava-jato.shtml>. Acesso em: 17 dez. de 2016.



Polifonia, Cuiabá-MT, v. 25, n.37.1, p. 01-170, jan.-abril.2018.

o futuro. A alteração do passado seria, assim, um atributo da memória, uma vez que há “a criação deliberada de artifícios e artefatos memoriais que será mais fortemente marcada quanto mais as identidades estiverem sob o feito de grandes marcos históricos” (CANDAU, 2011, p.164).

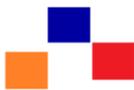
Em relação às representações que emergem do discurso das mídias sobre os atores sociais que têm conduzido os julgamentos da operação, podemos afirmar que, logo de início, parece ter havido uma certa identificação com as ações jurídicas tomadas pelo juiz curitibano Sérgio Moro. Contribuiu provavelmente para essa imediata identificação a divulgação pela mídia de que o juiz havia publicado um artigo científico sobre a megaoperação italiana. Em seu texto, o juiz não só descreve os métodos de trabalho e estratégias utilizados naquela operação, os quais indicariam os caminhos judiciais a serem traçados pela Lava Jato, mas também as características atribuídas aos juízes da operação na Itália.

Recorte 1

A coragem de muitos juízes, que ocasionalmente pagaram com suas vidas para a defesa da democracia italiana, era contrastado com as conspirações de uma classe política dividida e a magistratura ganhou uma espécie de legitimidade direta da opinião pública. No final dos anos oitenta e na década de noventa, havia ainda um enfraquecimento na atitude de cumplicidade de alguns juízes com as forças políticas e que havia retardado a ação judicial. Uma nova geração dos assim chamados “*giudici ragazzini*” (*jovens juízes*), sem qualquer senso de deferência em relação ao poder político (e, ao invés, consciente do nível de aliança entre os políticos e o crime organizado), iniciou uma série de investigações sobre a má-conduta administrativa e política. (MORO, 2004, p.58) (grifos nossos)

Observa-se que o enunciador constrói uma oposição entre os *jovens juízes* italianos, cuja atitude é descrita como de *coragem* – já que teriam chegado a pagar *com suas vidas* pela investigação que promoveram –, e um certo grupo “acovardado” de juízes, cúmplice do poder político, que se aliava ao crime organizado. Nota-se que o enunciador afirma que os primeiros (da *nova geração*) não demonstravam *senso de deferência em relação ao poder político*, o que sugere uma certa autonomia investigativa do grupo em relação à política dominante. Dessa forma, estabelece-se uma dicotomia básica no discurso, que remete a formações discursivas diferentes dentro do discurso judicial de então, revelando ainda uma empatia do enunciador com o primeiro grupo.

Moro parece, assim, ter se espelhado nas ações dos “jovens juízes” italianos e em seus procedimentos para conduzir os processos da Lava Jato, projetando-se, para a sociedade, como um deles, na ação brasileira. Embora essa identificação não tenha sido mencionada diretamente pelo juiz nas reportagens selecionadas, tal fato é ressaltado por



Polifonia, Cuiabá-MT, v. 25, n.37.1, p. 01-170, jan.-abril.2018.

outros enunciadores, em outras reportagens, valorizando as possíveis semelhanças entre as operações e seus atores (juízes, policiais federais, procuradores etc). Trazemos, como exemplo, o excerto do blog *Novo em Folha*, publicado em 29/07/2016, em que aparece o relato de uma entrevista com o jornalista italiano Rocco Cotroneo (estudioso da operação italiana “Mãos Limpas”), do *Corriere della Sera*, realizada por um jornalista *trainee* da *Folha* não nomeado no *blog*.

Recorte 2

Para Cotroneo (...) a discussão em torno da Operação Mãos Limpas foi muito semelhante à que envolve a Lava Jato. Ele ressaltou que a sensação de novidade, de novas fronteiras, era a mesma daqui ou até maior.

Um dos motivos para isso seria o fato de a Lava Jato se basear no mesmo tripé da Operação Mãos Limpas: *novos juízes mais corajosos e independentes*, novas possibilidades no campo judicial e a opinião pública.

Uma outra semelhança seriam os vazamentos, também comuns na operação italiana. (...) Segundo ele, o uso da delação premiada tornou-se tão comum que praticamente todos os presos tiveram a pena reduzida. (grifos nossos)

Disponível em: <http://novoemfolha.blogfolha.uol.com.br/2016/07/29/operacao-lava-jato-nao-deve-mudar-politica-no-brasil-como-a-maos-limpas-na-italia-diz-jornalista/> Acesso em: 9 set. de 2016.

O jornalista estagiário confirma as semelhanças e cita, ainda, a *sensação de novidade*, que podemos identificar nos procedimentos dos *novos juízes*. Seria essa sensação um frescor nos ranços da esfera político-judiciária, em que o *novo* representaria uma mudança positiva? Ressalta-se também a coragem e independência dos *jovens juízes*, designação que passa a ter um valor de nome próprio, por sua aderência a este grupo específico, o qual viria a ser identificado como coeso e unido em seus objetivos.

As *novas possibilidades no campo judicial* citadas – basicamente as delações premiadas – e o uso midiático da *opinião pública* também foram estratégias descritas pelo juiz em seu artigo:

Recorte 3

A publicidade conferida às investigações teve o efeito salutar de alertar os investigados em potencial sobre o aumento da massa de informações nas mãos dos magistrados, favorecendo novas confissões e colaborações. Mais importante: garantiu o apoio da opinião pública às ações judiciais, impedindo que as figuras públicas investigadas obstruíssem o trabalho dos magistrados, o que, como visto, foi de fato tentado. (MORO, 2004, p.59.)

Percebe-se que, pelo relato da ação italiana, o enunciador descreve que a mídia construiu um discurso de apoio às ações dos juízes, ao mesmo tempo em que os investigadores fizeram uso da mesma para construir um discurso de aproximação com o público, gerando certa identificação. Esse procedimento também foi (e tem sido) utilizado



Polifonia, Cuiabá-MT, v. 25, n.37.1, p. 01-170, jan.-abril.2018.

pelos juízes que conduzem a Lava Jato. Trata-se de usar a visibilidade da mídia para a exposição dos fatos como espetáculo e de construir um imaginário social compartilhado, aderindo simpatizantes à causa. Daí sua natureza de aparência, de representação da realidade. Se fizermos uma analogia com os processos de memória descritos por Candau (2011), essa memória compartilhada – que ele chama de metamemória – seria, no entanto, uma representação dos fatos, pois constrói-se a partir de enunciados que são repetidos e que produzem um efeito de *eco* na sociedade, o que não significa que seja o fato em si.

Percorrendo outros textos das mídias, encontramos o que Candau caracteriza como compartilhamento de “representações semânticas”, ou seja, efeitos de sentido a partir do que foi dito e escrito sobre a Lava Jato, as quais, de alguma maneira, tentam se fixar na memória, pois foram disseminadas pelas mídias e tiveram aderência em grupos sociais diversos.

Trazemos então um recorte da *Folha de S. Paulo* de 24/06/2016, em que o imaginário dos *jovens juízes* é assimilado a outro juiz da fase Custo Brasil da Lava Jato:

Recorte 4

Discreto e jovem, juiz de Operação Custo Brasil estuda corrupção da Itália

WÁLTER NUNES

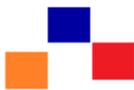
DE SÃO PAULO - Poder

24/06/2016

Na época em que o juiz federal Paulo Bueno de Azevedo recebeu a notícia de que seria responsável por um processo oriundo da Operação Lava Jato, no ano passado, ele estava terminando a leitura de "Irmãos Karamazov", obra do escritor russo Fiódor Dostoiévski. A trama do livro se desenvolve durante um processo criminal e é permeada pela dúvida de um erro judiciário, fantasma que assombra os magistrados. (...) Aos 38 anos de idade, Azevedo é, desde o início do ano passado, juiz na 6ª Vara Criminal da Justiça Federal de São Paulo. Sob sua responsabilidade estão mais de duas centenas de processos por crimes financeiros dos mais complexos. (...) Assim como Sergio Moro, Azevedo tem especial interesse pelo combate à corrupção na Itália. Na sua mesa repousa o livro do juiz italiano Giovanni Falcone, que combateu a máfia e acabou assassinado. Recentemente esteve em Palermo discutindo combate à corrupção e lavagem de dinheiro. (grifos nossos)

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/06/1785206-discreto-e-jovem-juiz-de-operacao-custo-brasil-estuda-corrupcao-da-italia.shtml>. Acesso em 9 set. de 2016.

A reportagem constrói a imagem desse outro juiz como *jovem e discreto* – seria essa última qualificação uma alusão a sua possível aversão à mídia? Além disso, podemos inferir que é um homem culto e preocupado em ser justo (afinal, qual seria a função discursiva da menção ao romance *Irmãos Karamazov*, senão a exposição de sua cultura letrada e da preocupação em não cometer enganos, como no caso reportado no livro?) e que as leituras que faz reforçam o imaginário de justiça e de integridade.



Polifonia, Cuiabá-MT, v. 25, n.37.1, p. 01-170, jan.-abril.2018.

Somos informados, ainda, que ele tem em sua mesa de trabalho o livro do juiz italiano que combatia a máfia nos anos 80 e 90 (citado também no artigo de Moro), o qual provavelmente teria inspirado ambos. Trata-se novamente de delinear traços sobre o imaginário do juiz – e de seus colaboradores – que corroborem com a representação desejada pela mídia e possivelmente cultivada pelos próprios juízes: a de um “justiceiro do bem”, cujos fins (a punição aos corruptos) justificariam os meios (prisões preventivas, conduções coercitivas, delações premiadas, ainda que legais), já que isso é feito em nome de um bem comum, uma vez que tais juízes “desprezam” o poder e os meandros políticos.

Trazemos do *Estado* mais um recorte sobre outro juiz, responsável pela operação Eficiência – também parte da Lava Jato – que resultou na prisão de Eike Batista.

Recorte 5

Magistrado responsável por mandar prender Eike evita holofotes e nega ser rigoroso: ‘Juiz não pode deixar de cumprir a lei’

Mariana Sallowicz / RIO

Antes mesmo de o dia clarear e a bordo de um cruzeiro de navio durante suas férias, o juiz federal Marcelo da Costa Bretas, responsável pelos desdobramentos da Lava Jato no Rio, conduzia, por telefone, a Operação Eficiência na quinta-feira passada. (...) Aos 46 anos, o magistrado ganhou notoriedade ao manter o mesmo rigor do juiz Sérgio Moro, face mais conhecida da Lava Jato, em suas condenações e ao decretar prisões preventivas de investigados, entre eles, o ex-governador do Rio Sérgio Cabral (PMDB). (...) Nascido em Nilópolis, na Baixada Fluminense, o juiz é filho de um comerciante e de uma dona de casa. A exemplo dos pais, é cristão evangélico “desde sempre”.

Estado de S. Paulo. SP, 29 jan. 2017. Caderno Política. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,a-mao-de-ferro-da-lava-jato-carioca,70001645202>.

Acesso em 31 jan de 2017.

Observamos, na narrativa de apresentação do juiz que conduziu tal suboperação da Lava Jato, traços discursivos que se assemelham aos de outros recortes aqui analisados. Da mesma forma que o juiz Paulo Bueno de Azevedo e Sérgio Moro (mencionados em outros excertos), Bretas é jovem (46 anos), rigoroso (embora negue, sua austeridade é comparada à do juiz Moro por ter decretado prisões preventivas) e avesso à exposição midiática (evita holofotes).

Há também semelhanças no modo como a mídia cria uma ficção narrativa para falar sobre a vida profissional do juiz Azevedo (recorte 4) – enfatizando a relação com o romance *Irmãos Karamazov* que estaria lendo – e sobre o juiz Bretas, nesse último recorte. Nesse excerto, que faz parte do início da reportagem do *Estadão*, nota-se a criação de uma atmosfera poética (*antes mesmo de o dia clarear e a bordo de um cruzeiro de navio*), usual às narrativas ficcionais, a qual é interrompida para relatar a ação dura – e “real” –



Polifonia, Cuiabá-MT, v. 25, n.37.1, p. 01-170, jan.-abril.2018.

a ser tomada pelo juiz: a decretação da prisão de Eike Batista, um dos alvos dessa operação. Sugere-se, pela narrativa, que o juiz interrompeu seu merecido descanso (férias) para cumprir sua importante missão social.

Nesse momento do discurso, fica bem clara a associação da figura do juiz Bretas com a de um herói, que se sacrifica, até em seus momentos de lazer, pelo bem comum, no caso, pelo combate à corrupção, imagem essa que pode ser estendida ao juiz Azevedo, que se mortifica mediante a possibilidade de um erro judicial, como no caso descrito no romance lido por ele. Isso porque entendemos que ao herói é inadmissível o erro, a indecisão, já que isso teria um alto custo à sociedade.

Charaudeau (2013, p.115) vincula o discurso político – que aqui relacionamos ao discurso jurídico-político – a uma série de *ethos*, ou seja, a imagens “de que se transveste o interlocutor a partir daquilo que diz”, afirmando que o sujeito se delinea pelo olhar do outro e constrói uma identidade a partir desse olhar. Ele cita, por exemplo, o *ethos* de credibilidade, que confere ao sujeito uma representação social digna de crédito. É esse *ethos* que a mídia parece creditar aos juízes citados, os quais, por sua vez, reforçam em seu discurso a imagem que lhes é concedida, ou seja, de que são dignos dessa confiança.

Ademais, escapando das regularidades discursivas até aqui apresentadas, aparece, no recorte, a referência a uma outra formação discursiva (a de *cristão evangélico*), a qual se remete ao discurso religioso, fazendo menção, talvez, a uma determinada ética presente nas ações do juiz⁴.

Não podemos nos esquecer, no entanto, que a convergência das mídias, em seus espaços diversos de disseminação de conteúdo, principalmente o digital, propicia, ainda mais, o escape aos sentidos ilusoriamente únicos, em razão de sua maior responsividade, rapidez e potencialidade no consumo e produção de conteúdos, fazendo com que gestos de interpretação sobre os arquivos de memória sejam realizados por sujeitos diversos, constituídos por diferentes formações discursivas, em diferentes espaços de enunciação quase que instantaneamente.

Para finalizar esta análise, traremos um outro olhar, ou seja, um outro possível efeito de sentido, produzido a partir de alguns enunciados de um dos juízes mencionados, contidos no primeiro recorte deste artigo, o qual tomamos como ponto de referência para

⁴ Essa relação viria a marcar posteriormente o dizer de outros atores da investigação Lava Jato, fato que não nos cabe discutir neste artigo.



Polifonia, Cuiabá-MT, v. 25, n.37.1, p. 01-170, jan.-abril.2018.

este diálogo. Refere-se a um recorte da reportagem de *Carta Capital* versão *online*, publicada em 14/03/2016.

Recorte 6

A origem do complô

A personalidade de Sergio Moro revela-se em seu estudo da Operação Mani Pulite, na qual supõe ter-se inspirado ao conduzir a Lava Jato

por Mino Carta – publicado 14/03/2016 02h05

Há quem enxergue em Sergio Moro alguém entregue à missão redentora, capaz de seguir Pedro, o Eremita, a caminho da Terra Santa para arrancar o sepulcro de Cristo das mãos infieis. (...). Melhor, de todo modo, ir além de interpretações e suposições. Um texto que Moro escreveu ao zarpar na rota da Lava Jato (*destaques do autor*) é muito indicativo dos seus propósitos, bem como das suas quimeras.

Trata-se de um estudo, de indisfarçável pretensão acadêmica, da Operação *Mani Pulite*, que, na Itália dos primeiros anos 90, implodiu a Primeira República nascida no imediato pós-Guerra com o fim da ditadura fascista. Leitura instrutiva para entender e dimensionar a desmedida ambição de quem escreve, a par da ignorância envolta em empáfia provinciana.

(...) A Itália está longe de ser um país perfeito, mas suas instituições funcionam a contento e o Estado Democrático de Direito está em vigor. O jornalismo ali existe para todos os gostos e tendências.

(...) As considerações de Sergio Moro sobre *Mani Pulite* exibem uma personalidade pueril antes ainda que provinciana. Estamos diante de um impecável rebento destes anos de redemocratização (?) fajuta, de decadência cultural, de arrogância inaudita, de insensatez avassaladora. E comparar a Lava Jato à *Mani Pulite* é apenas ridículo.

Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/revista/892/a-origem-do-complo>. Acesso em 9 de set. de 2016.

Não nos será possível fazer uma análise exaustiva do recorte, mas podemos recuperar certas representações atreladas ao discurso das mídias discutidas anteriormente, que aqui aparecem num gesto interpretativo permeado pela ironia: a elevação do juiz a uma imagem “santa”, impoluta, que vem associada a um discurso religioso também consagrado à vocação; além da personalidade do juiz associada mais à arrogância do que ao “destemor”, ressignificando a não “deferência em relação ao poder político”, citada no recorte 1. Temos, ainda, a dispersão de sentidos que acaba por sugerir outras representações: o “desconhecimento histórico” em relação à *Mani Pulite*; a personalidade “pueril” do julgador, entre outras, estabelecendo duramente uma crítica em relação às semelhanças que teriam sido forjadas por diferentes interlocutores, nas outras mídias, sobre as operações brasileira e italiana.

Com certeza, a análise da materialidade faz transbordar efeitos de sentido que não estão restritos à superfície da língua como estrutura, mas que remetem às formações discursivas em seu caráter ideológico, fazendo transparecer as relações de poder que constituem o discurso. No entanto, relevamos aqui o fato de as leituras dos arquivos que



Polifonia, Cuiabá-MT, v. 25, n.37.1, p. 01-170, jan.-abril.2018.

constituem a memória não serem únicas, mas se constituírem a partir da interpretação dos mesmos enunciados por diferentes interlocutores, pertencentes a formações discursivas também diversas.

3. Considerações finais

Os efeitos de sentido decorrentes de enunciados sobre a operação Lava Jato que foram produzidos por certas mídias – circunscritos por sua natureza de acontecimento e, portanto, do que é também imprevisível – trazem, à tona, as memórias de eventos outros, constituídos em tempos e espaços diversos, mas que são reinterpretados à luz de novos contextos históricos, que indiciam o velho no novo, a repetição na novidade. Isso significa que os arquivos de memória, formados pelos conjuntos de enunciados já ditos, não são estáticos e os sentidos são produzidos a partir de novos acessos aos arquivos, com suas peculiaridades atuais. Os eventos que aqui se desenrolaram, com personagens diferentes e num espaço e tempo histórico-social também diverso, foram discursivizados nas mídias selecionadas criando uma certa atmosfera de *déjà vu*, que faz a memória social retomar os arquivos do passado recente da Itália em relação à megaoperação anticorrupção. Assim, as personagens que aqui conduzem as investigações são identificadas, nos recortes trazidos de algumas mídias, como jovens heróis, como ocorrera na Itália. No entanto, como afirma Derrida (2001), ao mesmo tempo em que há um desejo de manutenção dos arquivos de memórias – e, neste caso, a busca por uma identificação com eles por meio das semelhanças ressaltadas por tais mídias –, os enunciados que formam os arquivos do passado não são mantidos intactos, pois sofrem a ação do tempo-espaço, que os transforma mediante as novas características do acontecimento atual (*Lava Jato*), que o torna, ao mesmo tempo, semelhante e diferente, pois o acontecimento é marcado por certa imprevisibilidade. Assim, há uma ressignificação da operação Lava Jato brasileira, criando uma outra operação Mãos Limpas, marcada por novo contexto histórico-social.

Podemos pensar com Candau (2011), ainda, que há várias memórias sociais, que se configuram como narrativas parcializadas da realidade, ou seja, uma narrativa entre tantas outras possíveis, ainda que haja discursos hegemônicos que podem silenciar vozes que são dissonantes. Não se trata, porém, de fazer um julgamento de valor sobre as várias



Polifonia, Cuiabá-MT, v. 25, n.37.1, p. 01-170, jan.-abril.2018.

vozes que constituem o interdiscurso – a memória discursiva –, mas de indiciar a possibilidade da diferença, que permite a disseminação de efeitos de sentido diversos.

Assim, podemos concluir que as mídias discursivizaram o fato, transformando-o numa narrativa com seus protagonistas, mas não trazem à presença o próprio acontecimento em sua natureza performativa, apenas uma *representação* dele, pela própria natureza simbólica da linguagem. Daí podermos pensar na riqueza das interpretações que os arquivos produzem para a constituição da memória identitária, mediante novas visitasões, transformando os documentos em monumentos, como diria Foucault (2004). Não sejamos, no entanto, ingênuos ao ponto de deixar de lado as relações de poder que atravessam os espaços sociais e privilegiam certas formações discursivas, as quais forçam “esquecimentos” na história, “[n]um trabalho de recusa e censura do passado” (CANDAUI, 2011, p.130).

Referências

CANDAUI, J. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

CHARAUDEAU, P. *Discurso político*. SP: Ed. Contexto, 2013.

COURTINE, J.-J. *Análise do discurso político*. São Carlos: Edufscar, 2009.

DERRIDA, J. *Mal de arquivo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

_____. *A escritura e a diferença*. 3ª. edição. SP: Ed. Perspectiva, 2002.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária. 2004.

MORO, S. F. Considerações sobre a Operação *Mani Pulite*. In *Revista CEJ*, Brasília, n. 26, p. 56-62, jul./set. 2004.

ORLANDI, E. *Discurso e texto*. Campinas: Pontes Editores, 2001.

_____. *A linguagem e seu funcionamento*. Campinas: Pontes Editores, 2003.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

_____. et al. *Papel da memória*. Campinas: Pontes Editores, 1999.